



São Paulo, 3 de agosto de 2022.

OFICIO SGP12 n. 665/2022

Senhor Prefeito,

Em atenção ao requerido pela Douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, nos termos do art. 68 do Regimento Interno e nos termos do art. 32, 2, inciso III, da Lei Orgânica do Município, encaminho a Vossa Senhoria pedido de Informações sobre o PROJETO DE LEI 415/2022, de autoria de Ver. ANDRÉ SANTOS (REPUBLICANOS), que "Denomina Praça Canhoba o espaço livre sem denominação, situado ao lado do SQL: 187.059.0039-4, no âmbito da Subprefeitura Perus."

A fim de instruir este ofício, encaminho cópia do pedido de informações, do projeto de lei e da respectiva justificativa.

Na oportunidade, renovo meus votos de distinta consideração e coloco a seu dispor, para informações que julgar oportunas, a Secretaria dessa Comissão.

Atenciosamente,

MILTON LEITE
Presidente

À Sua Excelência, o Senhor
RICARDO NUNES
Prefeito da Cidade de São Paulo
CEP 01415-001 - São Paulo - SP
Tel.: 3113-8000
E-mail: prefeito@prefeitura.sp.gov.br

autuado por SANDRA CRISTINA LEITE SANTANA em 03/08/2022 13:33:50.



PROJETO DE LEI-415/2022

Exmo(a). Sr(a). Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa,

Solicito a V. Exa. que encaminhe ao Executivo (CASE/SEHAB) pedido de informações, para saber se o objeto principal, mencionado no respectivo projeto de lei:

1º - É bem público?

2º - Possui denominação oficial? Em caso afirmativo, qual o diploma legal que o denominou? E se o presente caso for de logradouro, possui CADLOG?

3º - Se o presente caso for de logradouro ou via pública, a denominação encontra consonância com as hipóteses permissivas de alteração previstas nos incisos do artigo 5º - da Lei nº 14.454/07?

4º - Se o presente caso for próprio municipal, o respectivo possui denominação oficial ou não, que já tenha se consagrado tradicionalmente ou se incorporado à cultura da cidade, para efeito da incidência do art. 9º, §§ 1º e 2º da Lei 14.454/07?

5º - A denominação proposta constitui homonímia/

6º - A descrição e a localização do logradouro, via ou próprio municipal no projeto estão corretas e suficientes para a sua perfeita identificação?

7º - Se o presente caso for de denominação de logradouro público, a classificação quanto ao tipo está correta, tendo em vista as disposições do Decreto nº 49.346/2008?

Este documento contém assinatura digital

autuado por SANDRA CRISTINA LEITE SANTANA em 03/08/2022 13:33:50.



15

8º - Se o presente caso for de estabelecimento de ensino público municipal, indagamos se a proposta conta com a anuência da maioria absoluta dos membros do Conselho da Escola da respectiva unidade escolar, de acordo com a exigência do parágrafo único do art. 8º da Lei nº 14.454/07, com redação conferida pela Lei nº 15.975/2014.

Esclareço que tais informações são necessárias ao seguro pronunciamento desta Comissão no referido projeto de lei e saliento a importância de se enviar, junto ao ofício de praxe, cópia da folha deste pedido.

Sala da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa em
26/07/2022.

THAMMY MIRANDA
Relator(a)

Exmo(a). Sr(a). Presidente da Câmara Municipal de São Paulo,
Encaminho-lhe para as devidas providências.

Ver. SANDRA SANTANA (PSDB)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa

Este documento contém assinatura digital

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO****SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA****Núcleo de Denominação de Logradouros e Próprios Municipais**

Praça Coronel Fernando Prestes - nº 152, - Bairro Bom Retiro - São Paulo/SP - CEP 01124-060

Telefone:

PROCESSO 6010.2022/0002640-2**Informação SMC/AHM/NDL Nº 069444660**

São Paulo, 23 de agosto de 2022.

Guilherme Galuppo Borba

Diretor de Departamento Técnico

Assunto: logradouro - denomina **Praça Canhoba**Proc. SEI: **6010.2022/0002640-2**

Trata este expediente de pronunciamento sobre a solicitação de **PREF/ CASA CIVIL/ ATL III** para análise e manifestação a respeito do nome **Praça Canhoba** com o fim de denominar logradouro público desta cidade, através do Projeto de Lei nº **415/22** de autoria do vereador **Rodrigo Goulart**.

Verificada as informações contidas neste expediente, com base na legislação pertinente ao caso (**Lei n.º 14.454, de 27 de junho de 2007**, regulamentada pelo **Decreto n.º 49.346, de 27 de março de 2008**), no âmbito do que nos compete analisar, concluímos que esta propositura não possui condições de uma posição favorável à sua aprovação, pelos motivos a seguir.

Segundo resultado da pesquisa realizada em nossa base de dados, já existe nesta cidade logradouro com o mesmo nome, a **Rua Canhoba**, localizada no distrito de **Perus** e oficializada pelo **Decreto 15.294, de 12 de setembro de 1978**. O **Decreto nº 49.346, de 27 de março de 2008**, que regulamenta os critérios para denominação de logradouros públicos, estabelece em seu **Art. 9º, §2º**: "*os nomes escolhidos para logradouros, ainda que de tipologia distinta, não poderão ser idênticos*".

Portanto, diante do exposto e em atenção à legislação vigente, nosso parecer é desfavorável à aprovação desta propositura.

Gabriela Almeida da Silva

Coordenadora

Núcleo de Denominação de Logradouros e Próprios Municipais

Arquivo Histórico Municipal - AHM / PMSP / SMC

PREF/ CASA CIVIL/ ATL III

Sra. Assessora

Com o parecer do Núcleo Denominação de Logradouros e Próprios Municipais, cujo teor endossamos. Segue o presente para o que mais couber.

Guilherme Galuppo Borba

Diretor de Departamento Técnico

Arquivo Histórico Municipal - AHM / PMSP / SMC



Gabriela Almeida da Silva
Coordenador(a) I
Em 23/08/2022, às 12:53.



Guilherme Galuppo Borba
Diretor(a) de Departamento Técnico
Em 30/08/2022, às 16:51.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **069444660** e o código CRC **DB0C0306**.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO

Assessoria Técnica e Jurídica

Rua São Bento, 405, - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01011100

Telefone:

PROCESSO 6010.2022/0002640-2

Encaminhamento SMUL/ATAJ Nº 069285982

São Paulo, 19 de agosto de 2022.

À

CASA CIVIL/ATL III

Em vista do contido nos presentes autos, em especial da manifestação do SMUL/ATAJ (069285712) e SMUL/CASE/DLE (069001123), encaminhamos o presente com resposta à Câmara Municipal.

Aproveitamos para reiterar elevada estima.

Marcos Duque Gadelho

Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento



Marcos Duque Gadelho

Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento

Em 22/08/2022, às 10:05.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **069285982** e o código CRC **E473303C**.

À vista do informado, concluímos que a propositura nos termos do PL 415/2022 não poderá prosseguir.

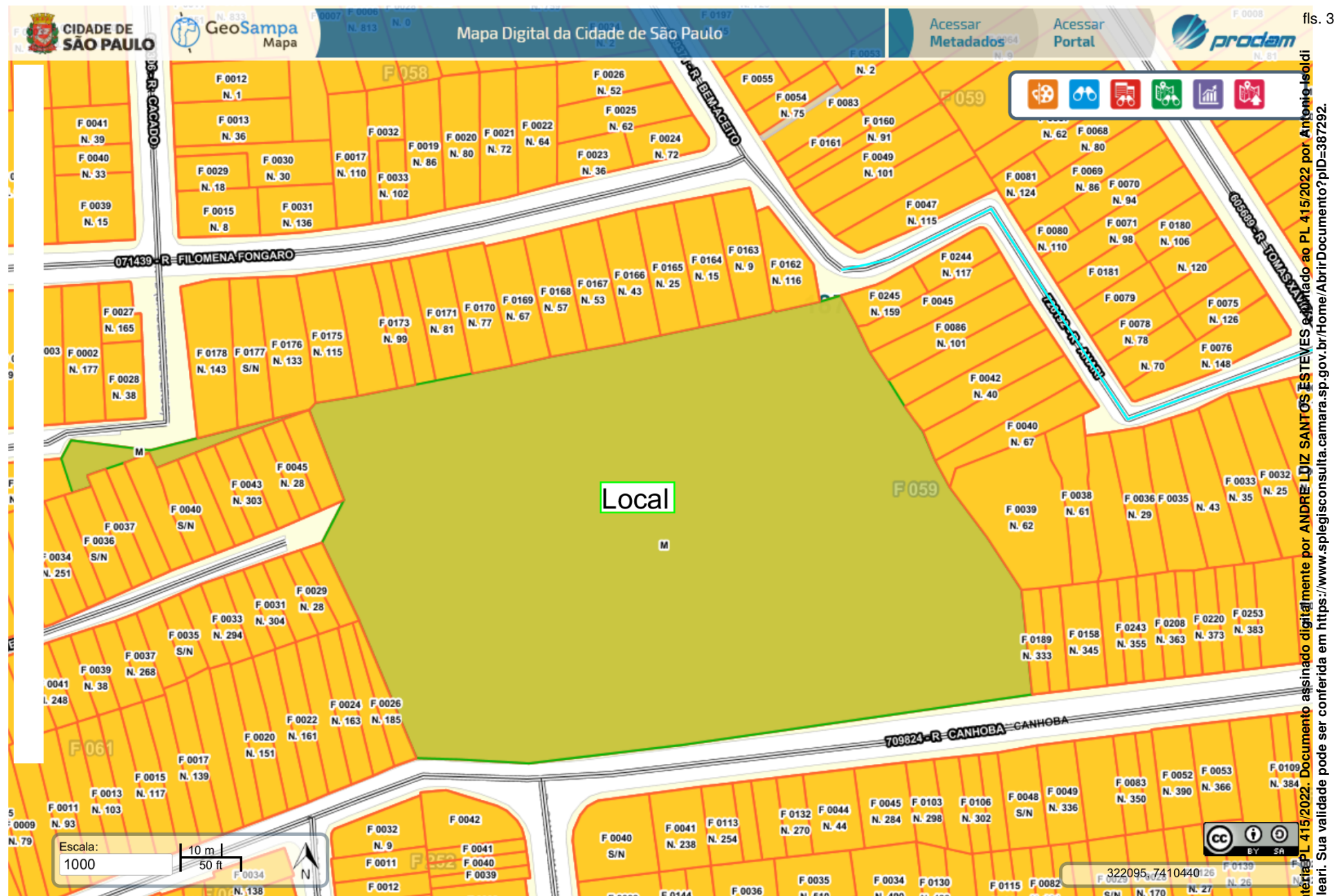


Larissa de Santis Candro
Diretor(a) de Divisão Técnica
Em 17/08/2022, às 15:39.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **069001123** e o código CRC **5FC381D6**.

10/05/2022 15:29

.: Sistema de Consulta do Mapa Digital da Cidade de São Paulo :. autuado por Antonio Isoldi Caleari em 22/06/2022 15:43:44.



mapas.geosampa.prodam/PaginasPublicas/_SBC.aspx#

Pedido de Mapa Digital do Município de São Paulo (06855890698554) SEI 60162022000220020630 / pg. 9

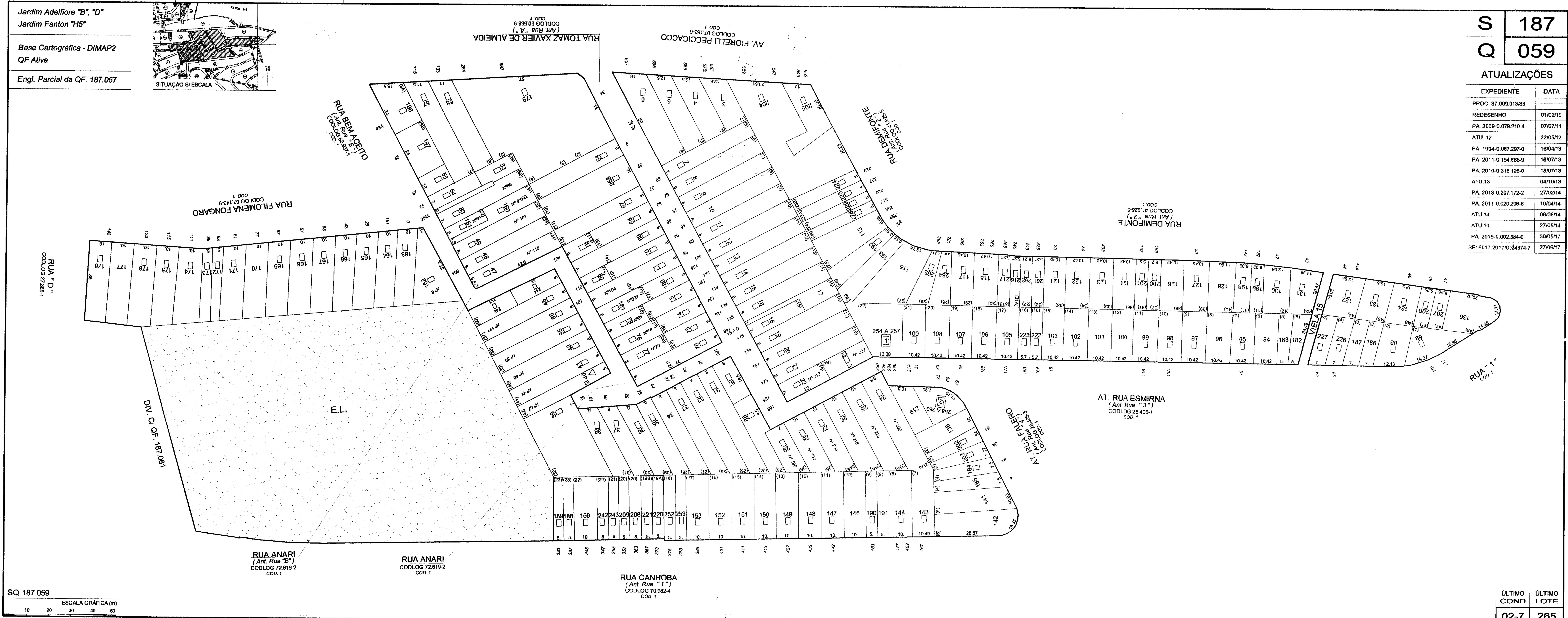
S 187
Q 059

ATUALIZAÇÕES	
EXPEDIENTE	DATA
PROC. 37.009.013/83	
REDESENHO	01/02/10
PA. 2009-0.079.210-4	07/07/11
ATU. 12	22/05/12
PA. 1994-0.067.297-0	16/04/13
PA. 2011-0.154.666-9	16/07/13
PA. 2010-0.316.126-0	18/07/13
ATU.13	04/10/13
PA. 2013-0.207.172-2	27/02/14
PA. 2011-0.020.296-6	10/04/14
ATU.14	06/05/14
ATU.14	27/05/14
PA. 2015-0.002.584-0	30/05/17
SEI 6017.2017/0034374-7	27/06/17

ÚLTIMO COND.	ÚLTIMO LOTE
02-7	265

EMISSÃO: 05/05/2022 / SUPLENTE: ESCALA: DIMAP2 / DIMAP2

Matriz PA. 11/2022. Documento assinado digitalmente por ANDRÉ MARCON em 05/05/2022 10:39:11. Verificação em: <https://app.sigat.mec.gov.br/verificacao>



fls. 4

Informação de Saúde: 04526007564525506985580463120.20E2801090302400229032640-p.2./12p. 12

fls. 5



Informação SMUL/CASE/DLE Nº 063275788

Sra Coordenadora

Consta de croqui CGPATRI Croqui Patri 103284 (063275533) sobre área do espaço livre 4M do Loteamento Jardim Adelfiore AU 3818, que por ser área pública pode ser considerado oficial de acordo com o inciso e do parágrafo 6º do artigo 4º do Decreto nº 27.568/88, acrescido pelo artigo 10º do Decreto nº 34.049/94:

f) delimitados nas plantas de individualização dos lotes do Programa de Regularização Urbanística e Fundiária da Superintendência de Habitação Popular, desde que possuam condições técnicas adequadas à sua função. (Incluído pelo Decreto nº 49.498/2008)



Em 11/05/2022, às 17:17.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
GABINETE DO PREFEITO
OFÍCIO AO LEGISLATIVO

São Paulo, 30 de agosto de 2022.

Câmara Municipal de São Paulo

A/C: Excelentíssimo Senhor Milton Leite

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

ASSUNTO: Ofício SGP - 12 nº 665/2022

Senhor Presidente,

Em atenção ao pedido de subsídios formulado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme Ofício SGP-12 nº 665/2022, acerca do Projeto de Lei nº 415/22, de autoria do Vereador André Santos, que denomina Praça Canhoba o espaço livre sem denominação, situado ao lado do SQL: 187.059.0039-4, no âmbito da Subprefeitura Perus, encaminho a essa Presidência cópia das informações prestadas pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento e Secretaria Municipal de Cultura.

Na oportunidade, renovo-lhe meus votos de apreço e consideração.



Fabricio Cobra Arbex
Secretário (a) Casa Civil
Em 02/09/2022, às 18:51.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **069855449** e o código CRC **83DE9E5C**.